

Entrelinhas

Direitos humanos e cidadania

Entrevista com Marcelo dos Santos



Índio é problema para nossos políticos, nunca solução

Recém-aposentado da Fundação Nacional do Índio, Marcelo dos Santos ingressou no órgão em 1976 e, na maior parte do tempo, atuou em áreas do estado de Rondônia. Nos primeiros 14 anos na Funai, o indigenista teve uma convivência diária com os Nambiquaras do Norte. Na aldeia Aroeira, foi o responsável pelo reagrupamento de mais de 60% das famílias Nambiquaras do Norte, muitas delas dispersas em fazendas da região, onde trabalhavam como semi-escravos. Ao longo dos anos, vivenciou invasões e a dilapidação de áreas indígenas por madeireiros, sofreu pressões de políticos e dos coronéis da região. “De madeireiros, garimpeiros, colegas de trabalho corruptos e de fazendeiros inconformados por terem a posse de suas terras questionadas como sendo indígenas”, revela. Santos lembra que a legislação sobre o assunto é avançada, mas de “difícil aplicabilidade”. Para ele, “a questão indígena passa por duas questões fundamentais: terra e desenvolvimento econômico sustentável, que permita aos índios adquirir bens industrializados sem perder sua identidade étnica, sua cultura”. Na entrevista a seguir, o indigenista conta como era o trabalho na época da ditadura militar, relata as pressões sofridas e denuncia o jogo de interesses que circulam pela Funai:

Marcelo dos Santos trabalhou 25 anos na Funai, teve contato com povos isolados e esteve no centro de conflitos com madeireiros no Norte do país



Em tempo: Você começou a trabalhar com a questão indígena em plena ditadura militar. Como foi trabalhar naquele contexto?

Marcelo dos Santos: A Funai não poderia fugir da estrutura montada pelo poder executivo de então, totalmente militarizado. Os cargos diretivos estavam ocupados por militares. Os coronéis coordenavam as diversas diretorias, com uma mentalidade rigidamente hierarquizada. Além de não discutirem as questões meramente administrativas, tinham aversão à visão antropológica da questão indígena. Lembro-me bem de escutar estupefato os absurdos vomitados por uma professora de “Desenvolvimento Comunitário”, li-

gada ao SNI, durante nosso curso de indigenismo na Funai. Ela apregoava a necessidade de incluirmos a nossa proposta de trabalho ao segundo PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), que eram as metas anuais da política macro econômica do governo do general Ernesto Geisel. Pedia para não darmos ouvidos às “besteiras” que os antropólogos nos ensinavam etc etc. As questões fundiárias (seja a eleição de áreas, demarcações, regularização etc) ficavam à mercê dos imediatismos políticos, sem critérios definidos. Lembro-me de uma antropóloga recém-formada, filha de um dos coronéis de então, afirmar que a dimensão de uma área indígena não poderia basear-se no direito dos índios de viverem como tal; ela dizia que caça, coleta, pesca etc não justificavam uma eleição de terra indígena.

Em tempo: Qual era a situação dos índios durante a ditadura militar?

Santos: Certamente, mais fragilizada. Os atos institucionais, famosos AIs, legislavam ao sabor das vontades dos generais. Como minoria, também os índios estavam órfãos dessas intempéries. Várias etnias foram diretamente afetadas pelos megaprojetos de grandes hidroelétricas e rodovias monumentais, como a Transamazônica e o asfaltamento da BR 364.

Em tempo: Já havia pressões de organismos externos para se regulamentar a questão indígena?

Santos – Sim, mas acredito que pontuais. Como exemplo, cito a questão da BR 364, que acompanhei de perto. A BR 364 cortou o estado de Rondônia de norte a sul. Os índios de Rondônia estavam praticamente abandonados até meados da década de 70. Não só os contatados e mais aculturados, na era da borracha, na década de 40 e 50, mas também os recentemente contatados propositalmente e desastrosamente, no início da década de 60, para a abertura da BR 364, e finalmente os índios ainda sem contato, fugindo das frentes de expansão agropecuária. Todo este contingente indígena estava desamparado, sem regularização fundiária, ou seja, sem o direito à terra, já garantido pela nossa Constituição de então. Os processos de eleição, demarcação e registro só se desencadearam, após muita discussão entre os tecnocratas do governo Figueiredo e os técnicos do Banco Mundial, pressionados por sua vez pelas instituições mundiais de defesa dos direitos humanos. Foi uma correria desenfreada, várias áreas indígenas foram criadas simultane-

amente, com critérios duvidosos, mas de qualquer forma estabelecidas.

Em tempo: Houve mudanças no trabalho da Funai, e no seu, a partir da Nova República, no final dos anos 80 em diante?

Santos: Praticamente houve a desmilitarização do órgão e a substituição dos militares por um quadro funcional mais técnico. No meu caso particular, em Rondônia, houve um aporte maior de recursos oriundos do Banco Mundial, que possibilitou uma melhoria significativa da questão assistencial, com a contratação de profissionais de saúde e de educação. Tive, pela primeira vez, a oportunidade de questionar ideologicamente o meu papel como interlocutor de uma sociedade dominante e etnocêntrica, pois até então só podia me preocupar em salvar vidas. Esse quadro específico não pôde ser extrapolado para o resto do país, pois cada região dependia da uma conjuntura política, sempre imediatista.

Em tempo: Quais foram os principais problemas que você enfrentou para fazer o seu trabalho?

Santos: Nesses 25 anos de prática indigenista, foram vários os problemas que enfrentei. Os principais foram: 1) A permanente falta de interesse governamental pela questão indígena, a corrupção oficial e oficiosa e a violência acobertada pela impunidade jurídica. Posso citar o caso do madeireiro Sebastião Bronski, que se enriqueceu às custas do roubo de mogno (7.000 metros quadrados de madeira nobre, ao valor de então de 800 dólares o metro) das áreas indígenas Nambiquaras em Mato Grosso. Apesar de ter contra si diversos processos tecnicamente bem embasados desses furtos, até hoje, passada praticamente uma década, Bronski não foi preso, muito menos obrigado a ressarcir os índios ou a União pelos danos causados, sejam eles pecuniários ou sequer ambientais. Infelizmente, no Brasil a Justiça ainda está atrelada a leis retrógradas, a um rito processual desestimulante, extremamente moroso e a uma dependência investigatória altamente questionável, com uma polícia atrelada ao executivo e não ao judiciário como deveria ser. 2) A questão da corrupção afeta todos os níveis de trabalho, desde a interferência direta através do seu superior hierárquico, da manipulação política de senadores e deputados e da proposital retenção das investigações policiais. 3) Vivenciei a sistemática interferência da classe política, seja ela de executivos ou de legisladores, sempre defenden-

do seus interesses particulares ou eleitoreiros. Infelizmente, no governo do senhor Fernando Henrique Cardoso essa prática chegou a níveis inimagináveis. Senadores e deputados ditam regras e determinam a ocupação de cargos em todos os níveis da administração federal. Particularmente, tive a perseguição persistente do senador Amir Lando junto à presidência da Funai, solicitando insistentemente meu afastamento de Rondônia, pois uma fazenda sua, Convento, registrada em nome de um laranja, parente seu, teve a sua posse questionada quando nela encontrei sobreviventes de uma família de índios isolados, sobreviventes de massacres. Lando não me perdoou quando abri inquérito pela ilegal retirada de madeira durante a interdição da mesma. Outro exemplo gritante foi ter sido arrolado como réu na recente CPI da Ocupação de Terras Públicas na Amazônia, logo eu que não tenho um metro quadrado em lugar nenhum. No entanto, o coronel e fazendeiro Antenor Duarte, proprietário de imensas fazendas, constante alvo de investigações policiais, por escravidão branca, por participar do massacre de Corumbiara, foi o herói da mesma CPI, o grande provedor do “desenvolvimento” regional. Ele é dono de dezenas de lotes de 2.000 hectares na citada região, quando o edital de leilão promovido pela União restringia a posse de apenas um por pessoa jurídica ou física. Afirmaram os senhores fazendeiros e deputados que eu estava “plantando” índios na fazenda com o intuito de entregá-las para grandes mineradoras internacionais...

Em tempo: Você sofreu ameaças durante os anos em que trabalhou na Funai? De quem? Teve apoio da Justiça?

Santos: Sim, em várias oportunidades. De madeireiros, garimpeiros, colegas de trabalho corruptos e de fazendeiros inconformados por terem a posse de suas terras questionadas como sendo indígenas. Casualmente, me safei em duas oportunidades de tocaias preparadas por pisto-

leiros para meu assassinato. Tive sorte. Algumas vezes, estive acompanhado pela PF, em outras a PM teve que tomar conta da residência onde viviam meus filhos e acompanhá-los até a escola. Parceria mesmo, sempre do Ministério Público Federal, que nunca deixou de apoiar e mesmo me orientar, apesar de não ser mais um órgão consultivo.

Em tempo: Qual é a situação dos povos isolados hoje, em termos de números, localização, contato etc?

Santos: O levantamento efetuado pelo Departamento de Índios Isolados da Funai calcula que haja aproximadamente meia centena de grupos nessa situação. Desde pequenas famílias ou mesmo apenas um indivíduo, como o que encontramos em Rondônia, a grupos ainda relativamente numerosos, como é o caso das centenas de índios isolados que percorrem a divisa entre Brasil e Peru no alto rio Jordão.

Em tempo: Quantos índios há no Brasil, hoje? Estão desaparecendo ou não?

Santos: Tivemos avanços em muitos sentidos. A repopulação indígena brasileira é uma realidade inquestionável. Em meio século, os índios passaram de 150.000 para mais de 300.000. Aliando um número significativo de novas demarcações de terras para os índios com a crescente conscientização dos seus direitos, sinto-me otimista, mesmo que de uma maneira um pouco cética. Acredito num futuro mais promissor. Nosso povo tende a aprender a votar em políticos mais confiáveis, mesmo com toda a máquina da mídia e do poder econômico pressionando no sentido contrário.

Em tempo: Quais são os principais problemas dos índios brasileiros atualmente? O governo FHC dá conta desses problemas?

Santos: A questão indígena passa por duas questões fundamentais: terra e desenvolvimento econômico sustentável, que permita aos índios adqui-

rir bens industrializados sem perder sua identidade étnica, sua cultura. No primeiro caso, houve um avanço significativo nestes últimos dez anos, com um aumento de áreas identificadas e demarcadas. Mas ainda são inúmeros os casos nos quais sequer foi iniciado esse levantamento e outros que necessitam urgentemente de serem revistos, onde populações expressivas, como os Kaiowa em MT, os Kaingang no RS, os Pataxó na BA, os Krenak em MG, os Terena em MS etc, vivem confinados em pequenos quintais de pasto, sem qualquer possibilidade de sobreviverem com o mínimo de dignidade. A questão da demarcação de áreas para os índios isolados é outro espinho institucional. O Departamento de Índios Isolados, que também trabalha com essa questão, está ridiculamente dimensionado para atender essa demanda, a de recolher informações sobre a ocupação territorial desses grupos indígenas. São quatro equipes minúsculas para atender toda a Amazônia Legal, com aproximadamente 50 referências da presença de isolados. Não pode haver prazo institucional para essa demarcação, como ocorre hoje, pois o executivo nunca cumpriu esses prazos. A outra questão é extremamente complexa e demandaria um trabalho de uma equipe multidisciplinar, de antropólogos, agrônomos, ecólogos e técnicos indigenistas com experiência no trato da questão indígena e uma qualificação técnica específica, hoje inexistente na Funai.

Em tempo: Do seu ponto de vista, como deveria ser o trabalho da Funai para resolver estes problemas? Por que isso não acontece?

Santos: A Fundação Nacional do Índio é hoje um órgão super burocratizado e vazio, que não promove um concurso público para formação de quadros técnicos há mais de 15 anos. Além de estar subdimencionado para atender seu univer-

so de atribuições, continua atrelado a uma estrutura administrativa retrógrada. Passamos por vários ministérios, sendo que deveria estar ligada diretamente à Presidência, evitando assim grande parte das interferências políticas, prática exacerbada no governo FHC. Deputados, senadores, governadores e prefeitos acham-se no direito de nomear ou afastar funcionários e, infelizmente, essa é uma triste realidade, que só atrasa, descaracteriza e impede uma melhor qualificação do seu quadro técnico.

Em tempo: Em termos de legislação, o que protege os índios? Eles têm direitos garantidos nas leis?

Santos: Nossas Leis estão entre as mais avançadas do mundo quanto à questão indígena. Nossa Constituição de 1988 enfatiza vários desses direitos, alguns já consolidados no Estatuto do Índio, como o direito à terra e ao seu modo de vida. O problema fundamental, como acontece em todo o resto do país, está na sua aplicabilidade. Estamos vivendo uma situação deprimente, de violência exacerbada em todos os níveis. Os índios não poderiam estar vivenciando uma realidade diferente. Índio é problema para nossos políticos, nunca solução. Não rendem voto e vivem aparecendo na mídia mundial, geralmente questionando e denegrindo a imagem do nosso governo, que depende tanto da sua faceta externa para angariar empréstimos e mais empréstimos... Acredito que somente uma mudança profunda de governo altere esse quadro. Um que realmente acredite numa perspectiva de desenvolvimento social e não apenas nos hipócritas discursos eleitoreiros tão conhecidos. Somente assim é que poderemos ter uma mudança nesse triste quadro. Sei que vai demorar, mas tenho que acreditar nessa perspectiva.